

Mesa Coordenada 12

ENVELHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA GERONTOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO SOBRE A VELHICE DO/A TRABALHADOR/A NEGRO/A: contribuições do Conselho Federal de Serviço Social

[10.51205/sinespp.2024.mesa.artigo039](https://doi.org/10.51205/sinespp.2024.mesa.artigo039)

THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE BY BRAZILIAN SOCIAL SERVICE ON THE OLD AGE OF BLACK WORKERS: contributions from the Federal Council of Social Service

Jonorete de Carvalho Benedito¹

Glênia Rouse da Costa²

Nanci Soares³

Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva⁴

Tereza Martins⁵

RESUMO

Delimitamos como um dos objetivos deste artigo analisar a produção de conhecimento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) acerca da velhice do/a trabalhador/a negro/a. Para tanto, refletimos sobre o racismo e o ageísmo como ameaças ao direito de envelhecer e estudamos os materiais produzidos pelo CFESS, verificando como o

¹ Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Franca). Secretária Executiva do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Maceió-AL. Integra o do Grupo de Pesquisa Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade da Unesp-Franca.

² Assistente social. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern). Responsável pela apresentação deste Artigo no V Sinespp. Integra o Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Públicas da UFPI.

³ Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Tem pós-doutorado pela Universidade de Aveiro-Portugal e pela UFPI. Docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp-Franca. Líder do Grupo de Pesquisa Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade da Unesp-Franca.

⁴ Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenadora-geral do Núcleo de Articulação e Atenção Integral à Saúde e Cidadania da Pessoa Idosa (Naisci), do Hospital Universitário Oswaldo Cruz (Huoc) da Universidade de Pernambuco (UPE), ao qual está vinculado o Grupo de Estudos sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social (GEEHPTS). Integra o Grupo de Pesquisa sobre Integralidade do cuidado à pessoa adulta e idosa da UPE e o Grupo de Pesquisa Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade da Unesp-Franca.

⁵ Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Federal de Sergipe.

racismo e o ageísmo figuram na agenda política do CFESS. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental ancorada na Teoria Social Marxista.

Palavras-Chave: Velhices, racismo, ageísmo, Serviço Social, CFESS

ABSTRACT

One of the objectives of this article is to analyze the production of knowledge by the Federal Social Service Council (CFESS) about the old age of black workers. To do so, we reflect on racism and ageism as threats to the right to age. Also, we study the materials produced by CFESS, verifying how racism and ageism are addressed on its political agenda. This is a bibliographic and documentary research based on Marxist Social Theory.

Keywords: Old age, racism, ageism, Social Work, CFESS

1 INTRODUÇÃO

O último Censo realizado no Brasil, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) em 2022, demonstra que envelhecer é uma conquista que vem se consolidando: pessoas com sessenta anos ou mais de idade perfazem um total de 32.113.490, o que corresponde a 15,6% da população. Desta parcela, 47,7% da população idosa é negra. Os dados divulgados pelo referido Censo (IBGE, 2023) indicam a existência de uma “conta” em aberto, pois quando as discussões recaem sobre a população negra, o percentual populacional gira em torno de 56%. Caso consideremos a pessoa negra e idosa, o percentual chega a quase 48%. Ora, se a população em sua maioria é formada de negros e negras, o que ocorre no curso de vida (entre o nascimento e a velhice) dessas pessoas que faz com que a população velha brasileira seja constituída por uma maioria branca?

Precisamos recorrer a estudos que não entendem o processo de envelhecimento de forma homogênea e individualizada, com base somente na idade cronológica ou em aspectos biológicos. Este artigo tem como objetivo precípuo reforçar a importância dos fundamentos da Gerontologia Social Crítica para os estudos que tenham como objeto a velhice e o processo de envelhecimento dos/as trabalhadores/as negros/as. Para a materialização de tal objetivo, utilizou-se um caminho metodológico com a adoção de pesquisa bibliográfica e documental, e direção teórico-metodológica ancorada na Teoria Social Marxista, tendo em vista que somente ela permite compreender a sociedade para além da sua aparência e mostra a essência da realidade.

Nessa perspectiva de análise da realidade, pudemos apreender como a exploração da força de trabalho dos/as escravizados/as foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo em território brasileiro. Entendemos, também, como o racismo estruturou e ainda estrutura a sociedade em que vivemos, baseada em exploração, desigualdades, discriminações, opressões e violências.

Para compor este artigo, elegemos como fonte de consulta primordial a tese de doutorado de Jonorete de Carvalho Benedito (2022), intitulada “A Contribuição do Serviço Social Brasileiro no Enfrentamento ao Racismo e Ageísmo: um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos encontros nacionais de pesquisadores em Serviço Social realizados na segunda década do século XXI”⁶. Tomamos como ponto de partida um dos seus objetivos específicos: “apreender a contribuição das entidades organizativas da categoria dos/as assistentes sociais no enfrentamento ao racismo e ao ageísmo” (Benedito, 2022), delimitando a nossa contribuição aos resultados concernentes à produção do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).⁷ Partimos do pressuposto de que há, na produção do CFESS, uma importante contribuição no enfrentamento ao racismo. Mas o que ocorre em relação ao ageísmo? Escrito de outra maneira: o que se tem produzido em termos de enfrentamento à estigmatização, segregação e discriminação da velhice? E da velhice de trabalhadoras/es negras/os? Dessa forma, o presente trabalho delimitou como objetivo específico: analisar a produção de conhecimento do CFESS acerca da velhice do/a trabalhador/a negro/a.

Para uma melhor exposição, o artigo é composto por esta introdução, duas seções principais e as considerações finais. Na primeira seção, apresentamos uma discussão e a problematização acerca do racismo e ageísmo, bem como as suas repercussões para os velhos trabalhadores e as velhas trabalhadoras. Na segunda seção, abordamos a análise realizada a partir do conteúdo sobre racismo e ageísmo na agenda política do CFESS.

2 RACISMO E AGEÍSMO: ameaças ao direito de envelhecer

É imprescindível iniciar esta discussão com o reconhecimento que as raízes do racismo estão assentadas numa formação sócio-histórica brasileira de bases escravistas da população

⁶ Defendida no programa de pós-graduação da Unesp-Franca, orientada pela assistente social profa. Dra. Nanci Soares e coorientada pela assistente social Dra. Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva.

⁷ A título de informação, este artigo conta com a colaboração da assistente social doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas (PPGPP) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Maria Glênia Rouse da Costa.

negra e indígena que sofreram com violências, opressões, torturas, castigos exterminios e exploração do trabalho e que serviu para o processo de acumulação de riquezas, principalmente dos países “colonizadores” europeus.

É nesse cenário de exploração de negros/as que se instalam as condições para a implantação de um projeto societário dominante, que gera, de acordo com Moura (2020, p. 28), o “racismo como uma arma ideológica de dominação” e, no caso da América Latina, como “ideologia do colonialismo”. Para compreender as desigualdades sociais, econômicas e políticas arraigadas no cotidiano da classe trabalhadora, com ênfase na realidade vivenciada por velhos e velhas negros/as no Brasil, faz-se necessário verificar elos entre o passado e o presente.

Nessa linha de pensamento, Oliveira et al. (2018, p. 12) ressaltam que:

A opressão racial e o racismo fazem parte do processo histórico da escravidão e culminam no surgimento do preconceito e da desigualdade racial no Brasil. Estigmas e estereótipos recaem, durante a história do país, sobre os indivíduos e grupos dessa raça/etnia, ao tempo que o modo de produção capitalista produz as desigualdades sociais decorrentes da exploração da mão de obra da população brasileira.

Incontestavelmente, a atualidade brasileira carrega um legado oriundo do período escravagista. Vivemos num país onde o racismo determina “o lugar” ocupado por negros e negras na sociedade. Esse fato é fácil de ser constatado através das estatísticas: negros/as têm piores condições de habitabilidade; de renda; são a maioria na população carcerária; no cenário político-partidário, quase não existem negros. Cotidianamente, são incontáveis as balas perdidas (ou seriam achadas?) que encontram os corpos negros.

Como se tudo isso não bastasse, recordemos as mais variadas formas de expressões de discriminação e preconceito, entre as quais destacamos o ageísmo, presente nas redes sociais nos ambientes escolares e laborais.

Para adensar as nossas provocações no que diz respeito ao ageísmo⁸, recorreremos ao Relatório Mundial sobre o Idadismo, elaborado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2022), que traz subsídios para o entendimento do que é e de como enfrentá-lo. Esse documento informa que o ageísmo/idadismo surge “quando a idade é usada para categorizar e dividir as pessoas de maneira que leva a danos, desvantagens e injustiças e corrói a solidariedade entre gerações” (OPAS, 2022, p. 2).

⁸Apesar de o termo ageísmo ter sido utilizado pela primeira vez há 55 anos, mais precisamente no ano de 1969, pelo gerontologista americano Robert Butler, este conceito, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (2022), é relativamente novo e ainda inexistente na maioria dos idiomas.

O ageísmo é uma forma de intolerância que se reflete em comportamentos e atitudes com relação às pessoas velhas, criando estereótipos de fragilidade e improdutividade e desconsiderando a heterogeneidade do processo de envelhecimento e da velhice. Um exemplo a ser mencionado neste espaço diz respeito à culpabilização dos/as velhos/as pela oneração dos sistemas previdenciários e de saúde.

Foi durante a pandemia da Covid-19 que o ageísmo ficou bastante explícito, pois várias foram as estratégias e depoimentos para a prioridade de atendimento ser direcionada aos mais jovens, como a da ex-deputada estadual pelo Partido Social Cristão de São Paulo, que declarou: “Eu me preocupo com todas as vidas! Mas as vidas daqueles que viveram menos me preocupam mais. Aliás, penso que já estejamos no momento de estabelecer claramente regras para priorizar o uso dos recursos disponíveis: leitos, respiradores [...]” (Esquerda Diário, 2021, s.p.).

Para além da aparência, podemos afirmar que a preocupação, na realidade, é com o sistema de produção capitalista e a necessidade de se ter jovens cuja força de trabalho poderá ser explorada por mais tempo. “Falas” como esta, infelizmente comuns e naturalizadas, só reforçam dinâmicas históricas que estão ligadas à manutenção das estruturas do sistema capitalista e evidenciam estereótipos da desvalorização da pessoa idosa, tendo em vista que a valorização do indivíduo, conforme assevera Teixeira (2008), está atrelada à sua capacidade de produção de mais-valia.

Quando consultamos o Relatório Mundial sobre Idadismo (2022), verificamos a necessidade de pesquisas que proporcionem visibilidade sobre os cruzamentos que existem do idadismo com o racismo. “Uma interseção importante que não tem sido suficientemente estudada é a que existe entre o idadismo e o racismo, mas esse campo de pesquisa vem crescendo” (OPAS, 2022, p. 12).

Ressaltamos ainda que os exemplos citados no Relatório Mundial sobre Idadismo (2022) dizem respeito a estudos com interseções que compreendem faixas etárias de jovens, portanto, ainda há um longo caminho a percorrer quando se trata de estudos que abordem, conjuntamente, o ageísmo e o racismo, sobretudo tendo como norte os pressupostos da Gerontologia Social Crítica (GSC), evitando dividir, desassociar e hierarquizar a tríade “classe social, ageísmo e racismo” nos estudos sobre o envelhecimento e a velhice humana.

Um exemplo da materialidade dessa relação pode ser visto ao se analisar mulheres idosas negras da periferia que, em geral, assumiram ao longo de suas vidas o cuidar da limpeza, dos filhos de outras pessoas, a produção dos alimentos, na maioria das vezes, com vínculos

precários e informais de trabalho, sem proteção social, acarretando sérias consequências ou mesmo interditando o acesso ao direito da aposentadoria, apenas para exemplificar. A esse respeito, Guimarães e Pinheiro (2023, p. 24) expõem que “as mulheres negras serão quase sempre aquelas a possuírem menores taxas de cobertura previdenciária, ao passo que os mais protegidos podem variar, a depender do círculo considerado, entre homens brancos e mulheres brancas”.

A classe social, em conjunto com a raça/etnia a que o sujeito pertence, é um fator relevante para forjar a desigualdade social das pessoas negras brasileiras, principalmente no que diz respeito ao acesso às políticas sociais, contribuindo para um envelhecimento curto e sem os privilégios concedidos à parcela velha da população branca, como poderemos constatar nos dados estatísticos expostos no próximo item.

2.1. Impactos do racismo e do ageísmo na vida do/a trabalhador/a negro/a

Dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Serviço Social do Comércio São Paulo (Sesc/SP), em 2020, denominada “Idosos no Brasil II: Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade”, revelam a menção ao preconceito contra a pessoa idosa por 78% dos homens idosos pretos e 43% das idosas pretas; 81% dos homens idosos pardos e 44% das idosas pardas; e por 75% dos idosos brancos e 37% de idosas brancas.

A pesquisa realizada em 2023 sobre o envelhecimento da população negra, desenvolvida pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), em São Paulo, Salvador e Porto Alegre, resultou numa publicação denominada “Envelhecimento e Desigualdades Raciais”. Um de seus principais resultados diz respeito aos desafios de se chegar à velhice para as pessoas negras. De acordo com os dados do estudo, a “população negra vai se tornando proporcionalmente menor que a população branca na faixa etária que vai de 25 a 49 anos” (Cebap, 2023, p. 17), fato esse decorrente de “maiores taxas de mortalidade entre as pessoas pretas e pardas desde as etapas iniciais de suas vidas” (Cebap, 2023, p. 17).

O Atlas da Violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e publicizado em 2023, corrobora esses dados ao admitir que “historicamente, pessoas negras são as maiores vítimas de violência no Brasil, aspecto que, infelizmente, se discute ano após ano nas edições do Atlas da Violência” (Ipea, 2023, p. 47). Acrescenta que “a violência contra

pessoas negras no Brasil é um fenômeno histórico e isto se aplica à maioria de suas dimensões, como a simbólica, a psicológica, a moral e a física” (Ipea, 2023, p. 53).

Quando se trata da pessoa idosa, os dados trazidos pelo Atlas da Violência (2023) reforçam que as pessoas negras idosas são, em sua maioria, as vítimas. As mortes por causas violentas ou externas foram “responsáveis por 4,7% do total de óbitos de homens idosos negros e 4,3% no caso dos não negros, em 2021” (Ipea, 2023, p. 95); “a mortalidade por agressão é cerca de 41% mais elevada para idosos negros do que para não negros em 2021, quando o país registrou uma taxa de 16,6 óbitos por agressão por 100 mil habitantes, para negros, e de 9 por 100 mil, para não negros” (Ipea, 2023, p. 95). Tais dados reafirmam as elevadas taxas de mortalidade entre pessoas negras idosas, impactando na inexistência de futuro em razão de um presente cruel e, muitas vezes, naturalizado e invisível.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) dão conta de que o analfabetismo ainda é um fato que atinge muito mais pessoas negras em todas as faixas etárias. Entretanto, quando os dados se voltam para pessoas com idades a partir de sessenta anos, essa diferença chega a triplicar, pois a taxa de analfabetismo dos brancos e das brancas é de 8,6%, e entre as pessoas negras chega a 22,7% (IBGE, 2024a).

Tendo ainda os dados do IBGE (2024b) como lastro, constatamos que a insegurança alimentar nas residências com negros/as é mais do que o dobro da encontrada nas casas de famílias brancas. Enquanto a dificuldade de conseguir comida atinge 69,7% dos lares de famílias negras, o índice é de 29% entre os/as brancos/as.

Se pudéssemos, neste artigo, analisar todos os índices/indicadores disponíveis, veríamos que sempre as condições são desfavoráveis à parte da população negra, o que permite asseverar, de forma inequívoca, que a longevidade, apesar de ser uma das maiores conquistas sociais do século XX, ainda está longe de ser uma realidade vivenciada para uma parcela de trabalhadores/as negros/as. Aqueles/as que conseguem envelhecer vivem essa fase do curso de vida, em geral, sem acesso a serviços, bens e políticas sociais que propiciem o almejado envelhecimento digno.

3 RACISMO E AGEÍSMO NA AGENDA DO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS)

No Brasil, o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/Cress) são as entidades de representação da categoria profissional dos/as assistentes

sociais que têm “a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil” (CFESS, s.d., s.p).

Além dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, o conjunto CFESS/Cress utiliza outras estratégias para discutir as questões inerentes à categoria, como forma de subsidiar as intervenções, ao tempo que demonstra a indignação da categoria.

No rol dessas estratégias estão os Seminários Nacionais, abrangendo sempre temas pertinentes ao nosso cotidiano profissional; a Revista Inscrita, livros e brochuras que trazem subsídios para refletir sobre as várias formas de opressão (discriminação, racismo, preconceito etc.). Ainda há aquelas publicações sobre os parâmetros para a atuação profissional nas políticas sociais, como as da seguridade social, notas técnicas, campanhas de variados temas e o informativo denominado CFESS Manifesta, este último considerado como

uma produção que dá visibilidade aos posicionamentos e análises do Conselho Federal sobre diversos temas e fatos da sociedade brasileira e internacional, sobre o trabalho de assistentes sociais na relação com as políticas sociais e com a conjuntura. O informativo também expressa nossa defesa do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Buscamos incidir com reflexões críticas e propostas de ação que têm profunda relação com a agenda do Conjunto CFESS-Cress. Devemos destacar ainda que o CFESS Manifesta também se tornou importante referência de pesquisa na área do Serviço Social, especialmente na graduação. (CFESS, 2017, p. 7).

Apesar de as primeiras publicações do CFESS Manifesta datarem do segundo semestre de 2004, a temática do envelhecimento estreou nesse documento somente em março de 2009, por ocasião da realização da II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. O informativo finaliza com o Conselho Federal de Serviço Social (2011, p. 58) reafirmando seu “compromisso ético e político de lutar pela concretização dos direitos sociais da pessoa idosa”.

Em junho daquele mesmo ano, no dia de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, houve o lançamento do segundo CFESS Manifesta, que abordou questões sobre a velhice, trazendo dados sobre a tipificação da violência sofrida pelas pessoas com idade a partir de sessenta anos. Nessa ocasião, o Conselho Federal de Serviço Social (2011, p. 83) declara sua adesão

à luta da pessoa idosa pela formação de uma cultura antiviolação; pelo avanço do processo de articulação em rede, para o efetivo enfrentamento desse fenômeno de violação de direitos, e reafirma o compromisso ético-político das (os) assistentes sociais com a defesa intransigente dos direitos humanos.

O envelhecimento volta a ser pauta do CFESS Manifesta ainda em 2009, por ocasião do dia Nacional/Internacional da Pessoa Idosa, como forma de reconhecer e fortalecer a luta pelos

direitos de velhos/as brasileiros/as. Reafirma, ao final da publicação, a união do Conselho Federal de Serviço Social “à luta pela valorização da pessoa idosa e pela sua participação na sociedade e no controle social da política do idoso, mantendo-se coerente com os princípios do código de ética profissional” (CFESS, 2011, p. 119).

A partir de 2010, anualmente, há duas edições do CFESS Manifesta sobre as questões referentes à velhice: (i) por ocasião do Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa; (ii) em homenagem ao Dia Internacional da Pessoa Idosa. Nessas publicações, além das reflexões acerca dos direitos expressos nas políticas sociais destinados a essa parcela da população, há a reafirmação do compromisso do/a assistente social com o cumprimento do Código de Ética e com a luta por um mundo sem opressão.

Por sua vez, a questão étnico-racial fez-se presente nas publicações do CFESS Manifesta pela primeira vez no ano de 2010 e nos anos seguintes, sempre em 20 de novembro – Dia da Consciência Negra –, a nos lembrar que este deve ser um dia

dedicado ao combate ao racismo em todas suas expressões e manifestações, um dia de luta em defesa da igualdade real na vida cotidiana e da diversidade humana e da garantia à população negra do acesso aos direitos sem discriminação étnico-racial e sem racismo institucional. (CFESS, 2011, p. 242).

Em todas as edições do CFESS Manifesta sobre as questões étnico-raciais, a “denúncia do aprofundamento da desigualdade, da intolerância e do preconceito que existe [...] contra negros/as e pobres” (CFESS, 2017, p. 19) é um tema constante. Isso denota que as aparências foram transformadas, mas ao longo do tempo a essência das relações sociais permanece a mesma. Em pleno século XXI, a parcela da classe trabalhadora brasileira composta de negros e negras faz parte de uma realidade que a empurra, em queda livre, a um abismo social. Ao finalizar tais informativos, o CFESS sempre reafirma o compromisso da categoria com a defesa intransigente dos direitos humanos.

Nas ações de contribuição de combate ao racismo, a categoria, por entender que a defesa intransigente dos direitos humanos passa obrigatoriamente pelo combate ao racismo, deliberou no 47º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress, cujo tema foi “É preciso não ter medo, é preciso ser maior”, realizado em Porto Alegre, no período de 6 a 9 de setembro de 2017, por uma Campanha denominada “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”.

Naquele ano, foram lançadas várias peças para a Campanha denunciando a situação de precariedade e desigualdade dos/as negros e negras, levando a reconhecer que, apesar de

serem filhos/as deste solo, para o povo negro, a pátria amada Brasil está longe de ser uma mãe gentil.

Entre as peças publicitárias encontram-se cartazes que denunciam o racismo no acesso ao saneamento, a violência que atinge mulheres negras, a intolerância religiosa, o genocídio contra a população negra, o atendimento pelo Sistema Único de Saúde, os cortes orçamentários na política de assistência, a agenda do assistente social para o ano de 2019.

O racismo foi também, naquele ano, mote para as reflexões e comemorações do dia do assistente social, com o tema “a gente enfrenta o racismo é no cotidiano”. O CFESS publicou, como parte da Campanha, alguns cadernos que compuseram a “Série Assistente Social no Combate ao Preconceito”. Esta publicação tem o objetivo, em conformidade com o Conselho Federal de Serviço Social (s.d., s.p.), de

orientar e estimular assistentes sociais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito que podem acompanhar os encaminhamentos cotidianos do exercício profissional, provocando a categoria a refletir sobre sua responsabilidade ética na defesa do projeto ético-político.

Das sete publicações dessa série, o caderno número um trata sobre o conceito de preconceito, e o número dois, sobre racismo. Até o momento não houve nenhuma edição que tratasse do preconceito e da discriminação contra a pessoa idosa.

Ao se referir à Revista Inscrita, o Conselho Federal de Serviço Social (s.d., s.p.) informa que ela “nasceu com o propósito de contribuir para o debate crítico dos temas relacionados ao Serviço Social e de incluir cada vez mais o/a assistente social na história de luta por transformações na sociedade brasileira”.

Nas 14 edições da Revista Inscrita disponibilizadas no sítio eletrônico do CFESS, encontramos três edições com artigos que versam sobre as questões do racismo e um sobre as questões do processo de envelhecimento. Na Revista Inscrita de número quatro, Magali da Silva Almeida tece reflexões sobre a mulher negra, com um artigo intitulado “Marcas da resistência na história da mulher negra”. As questões inerentes ao racismo só voltam a compor a pauta da revista em seu número 14, na exposição das reflexões de Tereza Cistina dos Santos Martins com o artigo “Racismo, Questão Social e Serviço Social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil”. Quando o assunto é direcionando às questões sobre o envelhecimento humano, há na edição número seis um artigo de Eneida Gonçalves de Macedo Haddad, cujo título é “Do assistencialismo ao direito”.

Os resultados da pesquisa realizada no material produzido e divulgado pelo Conjunto CFESS/Cress mostram, sobretudo, que a discussão sobre o envelhecimento ainda é realizada de forma pontual, sobretudo nos dias específicos de Conscientização ao Combate à Violência e no dia dedicado nacional e internacionalmente à pessoa idosa. Dessa maneira, a contribuição à discussão de combate ao ageísmo ocorre através da entidade, de forma tímida, carecendo de mais ações que não só deem visibilidade ao preconceito contra a pessoa idosa, como propiciem à categoria reflexões que impactem na intervenção profissional e no atendimento dos velhos e das velhas da classe trabalhadora brasileira⁹.

No que diz respeito à questão étnico-racial, as ações estão sendo desenvolvidas de forma mais constante a partir de 2010. Como pudemos verificar, além dos CFESS Manifesta, a entidade teve uma grande Campanha de Gestão¹⁰ que deu visibilidade a vários aspectos estruturantes para a atual situação de desigualdade vivenciada pela parcela negra da classe trabalhadora. Esta, entretanto, é uma luta inacabada; apesar dos avanços na discussão sobre a referida temática, ainda urge a necessidade de ações/atividades que desvelem a realidade vivenciada por negros e negras no Brasil, contribuindo para a quebra de paradigmas e preconceitos ainda tão presentes no cotidiano.

Um aspecto que merece destaque é o fato de que não encontramos nenhum documento elaborado e publicizado pelo CFESS que tratasse, especificamente, sobre a interseccionalidade entre o processo de envelhecimento e a questão étnico-racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmamos neste artigo a certeza de que o caminho a ser trilhado para a eliminação do racismo e do ageísmo ainda é longo, pois são importantes processos para a manutenção do sistema capitalista. Na atualidade, basta assistirmos aos noticiários e nos depararmos diariamente com matérias que demonstram ações de racismo, seja em escolas, em lojas, em condomínios de luxo, bem como expressões do ageísmo, seja na forma de atendimento na política de saúde, na efetivação dos direitos, entre outras expressões da questão social.

⁹ Ressaltamos que Campelo e Paiva (2014) já havia encontrado e defendido essa tese.

¹⁰ Para mais informações sobre a Campanha, foi criado um sítio eletrônico que pode ser acessado a qualquer momento: Serviço Social Contra o Racismo – Agentes contra o Racismo (servicosocialcontraracismo.com.br).

Ao estudar as ações e atividades realizadas pelo CFESS, chegamos à conclusão de que o Conjunto CFESS/Cress tem um acumulado expressivo quando se trata da questão racial, no entanto, a discussão sobre o envelhecimento ainda acontece de maneira pontual, tendo maior atenção principalmente naqueles dias específicos de temas relacionados a pessoas velhas (Dia Mundial de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, Dia Internacional e Nacional da Pessoa Idosa).

Diante do material analisado, constatamos que a contribuição do CFESS para a discussão de combate ao ageísmo necessita de mais produções. No que diz respeito à questão étnico-racial, apesar de se ter uma continuidade nas contribuições desde 2010 e de serem mais regulares do que as discussões que dizem respeito ao envelhecimento humano, em especial ao ageísmo, destacamos que, num cenário de acirramento do conservadorismo, genocídio de negros/as e desregulamentação de direitos, há a necessidade de realização de pesquisas, estudos e atividades que propiciem a reflexão das condições objetivas de negros e negras.

Os dados estatísticos demonstram que, apesar dos direitos duramente conquistados, a classe trabalhadora brasileira, em especial velhos/as negros/as, vive em situação alarmante no tocante ao acesso aos direitos básicos pelos quais seus ancestrais lutaram desde que aqui chegaram: segurança alimentar, condições menos indignas de trabalho, direito de ir e vir...

Finalizamos este artigo asseverando que a elaboração de pesquisas sobre o envelhecimento humano que tenham como fundamentos “classe, ageísmo e racismo” não é somente necessária, é também urgente.

REFERÊNCIAS

BENEDITO. Jonorete de Carvalho. **A Contribuição do Serviço Social Brasileiro ao Enfrentamento ao “Racismo e Ageísmo”**: um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos encontros nacionais de pesquisadores em serviço social realizados na segunda década do século XXI, Franca, 2022, 252f. Tese (Doutorado) – Unesp, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2022.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (Cebap). **Envelhecimento e desigualdades raciais**,.2023. Disponível em: <https://cebrap.org.br/envelhecimento-de-desigualdades-raciais/>. Acesso em: 22 de abril de 2024.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, Saúde e Trabalho no tempo do Capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta**: gestão tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017). Brasília: 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta**: gestão atitude crítica para avançar na luta (2008-2011). Brasília: 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, **CFESS – Histórico**. s.d. Disponível em; <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acessado em: 5 de março de 2022.

ESQUERDA DIÁRIO. **Janaina Paschoal defendeu nas suas redes sociais que o SUS tem que priorizar a vida dos mais jovens e não dos mais velhos**. 2021. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Janaina-Paschoal-defendeu-nas-suas-redes-sociais-que-o-SUS-tem-que-priorizar-a-vida-dos-mais-jovens>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Idosos no Brasil II**: Vivências, desafios e expectativas na 3ª idade. 2020. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/08/Pesquisa-Idosos-II-Completa-v2.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Continua**: Educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Continua**: Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência. 2023**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 23 de abril de 2024.

MOURA, Clóvis. **Racismo e luta de classes no Brasil**: textos escolhidos de Clóvis Moura. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (Opas). **Relatório Mundial sobre Idadismo**. OPAS, 2022.

PINHEIRO, Luana; GUIMARÃES, Nadya Araujo. O halo do cuidado: desafios para medir o trabalho remunerado de cuidado no Brasil. *In*: PINHEIRO, Luana; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Org.). **Cuidar, verbo transitivo**: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. Cap. 10, pp. 443-485.

TEIXEIRA. Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

Mesa Coordenada 12

ENVELHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA GERONTOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

ENVELHECIMENTO E SERVIÇOS DE CUIDADOS NA PERSPECTIVA DA GERONTOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

[10.51205/sinespp.2024.mesa.artigo040](https://doi.org/10.51205/sinespp.2024.mesa.artigo040)

AGING AND CARE SERVICES FROM THE PERSPECTIVE OF CRITICAL SOCIAL GERONTOLOGY

Solange Maria Teixeira¹

RESUMO

O objetivo do artigo é realizar a discussão do envelhecimento, dos cuidados e cuidadores sob a perspectiva teórica da Gerontologia Social crítica e mapear os serviços de cuidados existentes no contexto brasileiro, tanto na política de assistência social quanto da saúde. Utiliza-se uma metodologia qualitativa com escolha intencional da literatura de fundamentação. Conclui-se que se faz necessária uma política nacional de cuidados integrada, articulada, intersetorial e interdisciplinar no Brasil, considerando as necessidades crescentes destes serviços.

Palavras-chave: Envelhecimento. Cuidados. Gerontologia Social crítica

ABSTRACT

The objective of the article is to discuss aging, care and caregivers from the theoretical perspective of critical Social Gerontology and to map the existing care services in the Brazilian context, both in social assistance and health policy. A qualitative methodology is used with an intentional choice of supporting literature. It is concluded that an integrated, articulated, intersectoral and interdisciplinary national care policy is necessary in Brazil, considering the growing needs of these services.

Keywords: Aging. Care. Critical Social Gerontology

¹ Docente do Programa de pós-Graduação em Políticas Públicas e Graduação em Serviço Social da UFPI. Doutora em Políticas Públicas/UFMA.

1 INTRODUÇÃO

As situações de velhices com dependências não podem ser tomadas como responsabilidade dos indivíduos pelos seus hábitos de vida, trajetória escolhida e adotada ao longo dos ciclos de vida, como os neoliberais e neoconservadores defendem. Isto é, como um problema individual e familiar, de responsabilidade das famílias, resultante da falta de planejamento e administração dos riscos de vida destas, no qual o coletivo expresso na sociedade e Estado não tem responsabilidades pelo que acontece na vida privada de cada um.

Entretanto, contrária a este argumento defendemos que a estrutura geradora de desigualdades sociais de classe, gênero e raça/etnia criam uma escala de possibilidades, de privilégios e desprivilegio de outros, de acessos ou não aos bens e serviços criados socialmente. Estas condições de existência moldam os hábitos, criam determinadas trajetórias de vida, de trabalho e de saúde independentes das vontades dos indivíduos. O que não significa que somos apenas sujeitados e não sujeitos da história, da nossa vida, mas a construímos em condições dadas, encontradas que só podem ser alteradas coletivamente, pela força da vontade políticas, da organização, das ações coletivas.

Assim, o objetivo deste capítulo é apontar que na perspectiva da gerontologia social crítica, o enfrentamento das velhices com dependência é de responsabilidade de toda a sociedade, via políticas públicas, que devem ser reguladas e executadas pelo Estado, como agente que deve gerir e administrar os riscos da vida em sociedade.

2 ENVELHECER EM CONTEXTO DE DESIGUALDADES ACENTUADAS

O envelhecimento humano é um *processo complexo, multidimensional, heterogêneo*, vivido de formas variadas, embora sejam possíveis certas universalizações (homogeneizações), pelas condições de inserção das pessoas nas estruturas produtivas, sociais e culturais que geram condições semelhantes de vida.

É sem dúvidas um *processo biopsicossocial* em que o biológico, o psicológico e o social (socioeconômico e sociocultural) interagem e determinam-se um sobre o outro, imbricam-se e codeterminam. Estes determinantes só podem ser pensados em situação de simultaneidade e não de determinação de um sobre o outro. Uma dialética circular e organicamente os ligam.

Nessa perspectiva, a cronologia ou idade não é um fator determinante no processo de envelhecimento, esta é apenas uma convenção social, necessária para as políticas sociais

demarcarem os beneficiários. Por seu lado, a estrutura biológica é ontológica, com carga genética, mas afetada pela sociedade em que se vive. Esta sociedade é classista cuja estrutura reparte as possibilidades de acesso às riquezas e bens socialmente produzidos, criando abismos entre as formas de envelhecer e viver a velhice entre classe dominantes e classes dominadas.

As velhices, resultante da maturação e visibilidades das consequências do processo de envelhecimento, é uma etapa do ciclo de vida, a última etapa da vida, mais próxima da finitude, mas com muitas possibilidades de vida, também a depender das condições materiais de existências, dos acessos, inclusões e outros. Assim, estas velhices são plurais, marcadas por heterogeneidades, conforme a classe social (e suas frações e grupos), gênero, raça-etnia, dentre outras, que também geram semelhanças pelas vivências comuns, pelas mesmas condições de existência.

As desigualdades sociais que geram formas antagônicas de envelhecer entre as classes sociais tem também outros determinantes que a estes se imbricam, gerando outras heterogeneidades, dentre elas as desigualdades de gênero e raciais. Segundo Biroli (2016) essas desigualdades formam uma pirâmide: no topo estão as mulheres negras, acima delas estão os homens negros, no topo estão as mulheres brancas acima das mulheres e homens negros, mas abaixo dos homens brancos que reinam no topo da liderança, do acúmulo de riqueza, de poder, geralmente heterossexuais e de ancestrais europeus. Quando a questão da idade e da sexualidade, ou da deficiência, outras etnias são postas nesta pirâmide, o topo se alarga com as ditas minorias sem privilégios, voz e poder de decisão, vítimas de inúmeras opressões e explorações.

As estruturas de classe surgiram com a propriedade privada, divisão social do trabalho e o Estado. Essa origem nos é dada ao nascer. Elas são forma de pertencer definida pelo lugar no mundo produtivo, estratificam e dividem as pessoas pela posse ou não dos meios de produção, das riquezas socialmente criadas, dos recursos e oportunidades, o que se denomina de *classe em si*, porém, a consciência deste pertencimento e as lutas contra a exploração e dominação nos torna *classe para si*, essa consciência é mascarada, dificultada pela ideologia dominante que naturaliza, generaliza, uniformiza tudo. Essas classes são antagônicas e formadas por frações e grupos, logo, pertencer aos subgrupos da classe trabalhadora onde incide maior desigualdades (exploração, opressão e exclusão) diferencia as condições de vida e trabalho (formas de existências) e as formas de envelhecer e viver a etapa da velhice.

Entre as classes sociais antagônicas existe um abismo nas formas de envelhecer, parecem fenômenos diferentes. Mas, esse envelhecimento é diferenciado e homogeneizado conforme além da classe, o gênero e a raça/etnia. Confirme Saffioti (2004) o gênero é uma construção social e cultural do masculino e do feminino, ancorado sobre as diferenças biológicas que inferioriza as mulheres; relações entre homens e mulheres hierarquizadas e assimétricas, determinada pelo patriarcado clássico e moderno, também segundo a autora é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens, implicando relações de poder e mando, dominação e opressão.

Porém, como destaca Biroli (2016) o gênero e as desigualdades de poderes não são vividos por todas as mulheres e homens da mesma forma, são variáveis a depender da classe e da raça. O racismo enquanto “crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (Munanga, 2003, p. 24), enquanto crença na superioridade branca e inferioridade negra, é uma construção histórico-social e cultural ancorada na supremacia de uma determinada raça/etnia sobre outras, no caso do homem branco europeu, e também é variável conforme o sexo e a classe do indivíduo.

Como destaca Moura (2020) o racismo é uma ideologia da dominação, que a ciência positivista, o Estado, as legislações, a mídia difundiram e difundem cotidianamente para inferiorizar, dominar os/as negros/as, sob a suposta democracia racial para encobrir a discriminação, os estereótipos e preconceitos que marcam a trajetória de vida destas pessoas do nascer ao envelhecer, especialmente, na etapa da velhice.

A resultante na vida real que vai ao encontro da pirâmide das desigualdades é que mulheres negras, pobres e de periferias são as vítimas dessas estruturas por terem: i) menor inserção no mercado formal de trabalho; ii) menor escolaridade; iii) maior incidência de violações de direitos (violências); iv) maior incidência em famílias monoparentais e pobres; v) vivem de atividades de sobrevivências informais e precárias; vi) dedicam-se majoritariamente às atividades reprodutivas de suas família ou às da patroa; vii) tem menor remuneração ou geração de renda, geralmente de autoconsumo.

Envelhecer nestas condições de vida e viver a velhice amplia as possibilidades de agravamentos do estado de saúde e a vir a depender de cuidados de terceiro, probabilidade que se amplia quanto maior for a idade na velhice.

3 ENVELHECIMENTO COM DEPENDÊNCIA

Envelhecimento não incapacita ninguém para a vida; não é sinônimo de doenças e incapacidades. Mas, as condições de existências geraram trajetórias de vida que agravam quadros de doenças adquiridas, ou seja, as desigualdades sociais, raciais e de gênero incidem no quadro de doenças, na incapacidade e nas dependências.

Velhices pobres, sem acesso às informações, com dificuldade de acessos aos serviços de saúde e a seguir as indicações médicas, como as receitas gerontológicas do bom viver a velhice, ocasionam graves consequências na independência e autonomia da pessoa idosa.

O nível de dependência é sintetizado mundialmente a partir da capacidade da pessoa idosa de precisar de ajuda para realizar atividades básicas diárias (instrumentais e intelectuais), tais como tomar banho, usar o banheiro, se alimentar, se vestir ou pentear-se, levantar-se da cadeira, cama ou caminhar pela casa; administrar sua vida financeira, decidir, participar, dentre outras. O semidependente não faz pelo menos uma das atividades sozinho.

Uma pesquisa realizada pela Fundação SEADE (2023), realizada em São Paulo mostrou que 41% das famílias pesquisadas informaram ter idosos com necessidades de algum tipo de cuidados no estado de São Paulo, o que corresponde a 3,8 milhões de pessoas. Destas pessoas (41%), 24% estavam na faixa de 60 a 64 anos (914 mil); 43% na de 65 a 74 anos (1,6 milhões) e 33% na de 75 anos a mais (1,3 milhões de pessoas), logo, a demanda por cuidados se amplia conforme a idade avança.

Ainda conforme a referida pesquisa 63% tinham doenças crônicas como diabetes, pressão alta, problemas pulmonares e obesidade mórbida. Das pessoas (3,8 milhões de famílias pesquisadas em São Paulo), 56% (2,1 milhões) faziam algum tipo de tratamento contínuo de saúde, reabilitação física, mental ou fisioterapia. Destes os que tinham 75 anos a mais eram 62%. 66% destas pessoas idosas faziam tratamento na rede pública e 34% serviços pagos.

Em relação ao grau da dependência a pesquisa revelou: i) dependente de realizar sozinho pelo menos uma daquelas atividades diárias era menor quando o/a idoso/a era um “jovem idoso/a” (7% entre 60-64 anos e 19% a partir de 75 anos); ii) totalmente dependente, precisa de ajuda para todas estas atividades também dependia de mais idade na velhice (23% das pessoas de 75 anos a mais, 6% entre 60 a 74 anos).

Observando as desigualdades raciais na velhice, 80% das pessoas negras utilizam unicamente o SUS (Cartilha saúde da população negra); além disso, pessoas negras têm maior

incidência de hipertensão e diabetes, e dificuldades de acessar e fazer os tratamentos necessários para o controle das doenças, menor renda, menor escolaridade e compreensão das informações de saúde. Além disso, as mulheres têm maior níveis de dependência que os homens por viverem mais que eles e pela carga de trabalho (produtivo e reprodutivo) que afetam seu envelhecimento precoce e doentio. Mas, como elas são as principais cuidadoras, quem deverá cuidar delas? Especialmente as solteiras e sem filhos?

4 CUIDADOS E CUIDADORES DE PESSOAS IDOSAS

O cuidado é uma necessidade ontológica do ser social e que sua viabilização resulta da cooperação entre indivíduos, tendo como objetivo a reprodução social. (Passos, 2018). É uma atividade prática, um trabalho (mesmo quando não remunerado) que implica dispêndio de energia, técnicas, modos de fazer e produz e tem valor de uso, pela utilidade social, sendo um trabalho de serviços; é também um direito social de todos que implica necessidade de intervenção do Estado na sua garantia.

Mas, historicamente este foi compreendido como “coisa de mulheres”, tarefa das mulheres mais aptas pelos “dons femininos” de cuidar, logo, está imbuído na sua subjetividade e modos de ser feminino, dons e habilidades dadas pela própria “natureza”, essa naturalização segue séculos e séculos, não sem ser questionado, contraposto, pelas ciências sociais críticas, pelo movimento feminista. Sua raiz é a divisão sexual do trabalho e o patriarcado que atribuiu naturalidade a esta tarefa ao gênero feminino e inferioridade frente ao trabalho produtivo fora do lar realizado pelos homens.

Sob estas determinações o cuidado e o trabalho reprodutivo de modo geral foi invisibilizado, não remunerado, tido como atividade típica de mulheres pelas características da feminilidade, como parte do trabalho doméstico.

Gama (2015, p. 47) diz que socialmente o cuidado é definido e visto como: “uma atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento nem valoração social. Compreende tanto o cuidado material como o imaterial, que implica um vínculo afetivo e emocional. [...] Pode ser exercido de forma remunerada ou não”.

As feministas latino-americanas defendem o cuidado compartilhado, pelos familiares, Estado, sociedade e mercado, para romper com a lógica da exclusividade da responsabilidade familiar, e especificamente, das mulheres. Porém, o pluralismo de bem-estar social tem sido adotado pelos países capitalistas ocidentais como forma de diminuir as responsabilidades do

Estado, dividindo-as com outros agentes de proteção social. Nessa lógica perversa, fundem-se e geram uma confluência perversas com as propostas dos movimentos sociais e têm reforçado o mercantilismo do cuidado e o familismo, no qual ele permanece no âmbito da família com algum tipo de suporte do Estado ou não.

Todavia, as famílias são desiguais na capacidade de cuidar. Os cuidados têm custos financeiros, materiais, emocionais e de saúde. Há famílias com diferentes capacidades de cuidados, algumas em que a mulher é o único cuidador, sem trabalho ou renda, sem benefício, sem pagar aposentadoria, vivendo do benefício da pessoa idosa. Na morte desta as mulheres cuidadoras ficam desamparadas na velhice; as famílias estão menores e mais pobres com necessidades diárias de buscar renda, quem então cuidará desta mulher?

Outras famílias têm recursos disponíveis para contratar cuidadores, mas que precisam coordenar, acompanhar e monitorar os cuidados, geralmente uma mulher. Estas contam com o mercado crescente na oferta destes serviços, mas com elevado custo financeiro.

Nessa perspectiva, o modelo plural, misto de público/privado e Estado regulador não poderá administrar e resolver a questão do cuidado. Políticas sociais familistas que apostam e visam potencializar as funções protetivas das famílias, geram culpabilizações, adoecimentos do cuidador, inclusive mental, maus tratos às pessoas idosas, violências, dentre outros efeitos nefastos.

A Pesquisa Fundação SEADE (2023) também apontou que 80% dos idosos ficavam em casa sozinho, 13% dos idosos tinham cuidador, parcela que aumenta para 24% entre os mais velhos, para os mais velhos 68% ficam com outras pessoas no domicílio. Entre as pessoas de 60 anos a mais que tinham cuidador, a maior parte dos que exerciam essa tarefa eram os/as filhos/as ou cônjuge, ou seja, maior parte dos cuidadores é da própria família (geralmente mulheres), por causa da renda familiar. Insuficiente para contratar um cuidador, mesmo que isso signifique menos recursos em casa.

Sem dúvida há necessidade de uma organização social dos cuidados, mas com responsabilidade do Estado, mediante políticas públicas sociais, de assistência social e de saúde que garantem suporte nos cuidados dos mais frágeis na família, com cuidados domiciliares e em unidades públicas; socializar com toda a sociedade os custos do cuidado com recursos fiscais, e a socialização e difusão deste como direito social; trabalho especializado, técnico, interdisciplinar, em equipes em cooperação para realizar o cuidado; suporte para as famílias que mantem seus entes no lar com assistência pública; suporte aos cuidadores familiares;

sociedade que custeia (impostos) os cuidados; mercados que oferecem serviços para os que podem pagar pelos seus custos regulamentados publicamente; reforço das organizações sociais que prestam cuidados intensivos e moradia, parciais, todos com o incentivo a convivência familiar e comunitária. Em síntese: papel central do Estado no financiamento, regulamentação e principal ofertante de serviços sociais.

5 POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS E A OFERTA DE SERVIÇOS: mapeamento

No Brasil ainda não há uma Política Nacional de Cuidados, mas já há iniciativas públicas na construção desta política. Entretanto, a Política Nacional do Idosos e Estatuto da Pessoa Idosa reconheceram direitos das pessoas idosas e a necessidade de ações públicas, com projetos, programas e serviços para atender suas necessidades sociais, dentre elas as do cuidado. Assim, no desenho da Política de Assistência Social e de Saúde foram criados serviços para atender as demandas de cuidados. Dentre estes serviços estão:

Política de assistência social:

a) Proteção social básica – oferece os seguintes serviços:

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas (independentes e com base no envelhecimento ativo);
- Serviço de cuidados em domicílios para pessoas com deficiências e idosas;
- Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiências e pessoas idosas com renda per capita de $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo.

b) Proteção social especializada:

- Serviços de proteção e Atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI);
- Serviço de cuidados especializados em domicílios para pessoas com deficiências e idosas;
- Centro-Dia para pessoas idosas;
- Serviço de Acolhimento Institucional/ILPIs

Políticas sociais brasileiras e a oferta de serviços - Política de saúde

Proteção social básica – serviços:

- **1 Estratégia Saúde da Família** (consulta, acompanhamento e hospitalização em domicílio com suporte de equipes interdisciplinares);
- **Unidades Básicas de Saúde** (UBS) atendimentos em unidades de saúde;

- **Farmácia popular** (medicação gratuitas para doenças crônicas e degenerativas);
- **UPAS** (Unidades de Pronto Atendimento/urgências);

Proteção de Média e alta complexidade

- **Atendimento hospitalar**, encaminhado pelas unidades de saúde
- **Serviço de Atenção Domiciliar** - Melhor em Casa

Atenção Domiciliar no SUS é para pacientes que possuam problemas de saúde e dificuldade ou impossibilidade física de locomoção até uma Unidade Básica de Saúde e que necessitem de maior frequência de cuidado, recursos de saúde e acompanhamento contínuos, são públicos prioritários do Programa Melhor em Casa. A indicação para o atendimento domiciliar pode vir de diferentes serviços da rede de atenção, do hospital em que ficou internado ou das equipes da Estratégia Saúde da Família.

Na Atenção Domiciliar a prestação de assistência à saúde é de responsabilidade da equipe multiprofissional de atenção domiciliar (EMAD) e da equipe multiprofissional de apoio (EMAP), sendo o cuidado compartilhado com a família e/ou cuidador responsável, logo, sem cuidador não há atendimento. Esse atendimento é sempre na perspectiva na “gestão do risco” em que se ensina a família a fazer em casa, sendo monitorada para garantir o sucesso no tratamento.

Estes serviços com os da assistência social dependem da adesão dos municípios que devem oferecer e montar as equipes multiprofissionais para poderem receber um per cap pelo público atendido. Considerando a capacidade dos municípios brasileiros muito dispare em termos de arrecadação, de orçamento públicos, poucos aderem aos serviços de cuidados em domicílios pelos altos custos em manter as equipes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: por uma Política Nacional de Cuidados

Um ponto central na construção de uma Política Nacional de Cuidados é deixar claro o papel do Estado (União, estados e municípios) nesta política. Para nós pesquisadores do Serviço Social o cuidado deverá ser prestado, preferencialmente, pelo poder público, e, em caráter subsidiário, poderá ser prestado por cuidadores familiares, com suporte do poder público. Formação de uma Rede Nacional (poderes públicos e sociedade civil), articulada e integrada de cuidados, mas com controle social; responsabilidade do poder público na elaboração e financiamento de um sistema articulado e multidisciplinar de atenção e apoio à pessoa que necessite de cuidados continuados, com financiamento federal para a montagem das equipes.

A atenção à pessoa em situação de dependência, deverá ser universal, independentemente de ter ou não cuidador familiar, porém, para não reproduzir desigualdades sociais, raciais e de gênero deverá haver critérios de equidade, para corrigir as desigualdades históricas reproduzidas na velhice.

Não há necessidade de nenhum serviço novo, temos serviços bem tipificados e definidos, mas que não são implementados em todos os municípios brasileiros. Para isso mais suporte financeiro será necessário e distribuído de acordo com a quantidade de idosos/as em situação de dependência e com a universalização, chegando em todos os municípios os serviços de cuidados da assistência social e o de Atenção Domiciliar, que devem atuar articulados desde o planejamento à execução do cuidado.

No caso do cuidado familiar defende-se auxílio financeiro ao cuidador familiar ou para que possa utilizar na contratação de um cuidador profissional, no caso do cuidado familiar que o tempo do cuidado entre na contagem para aposentadoria e que a cota do seguro aposentadoria seja o equivalente para dona de casa; direito de férias para o cuidador familiar e substituição da função por outro cuidador oferecido pelo Estado pelo período de um mês; serviços de atenção à saúde física e mental do cuidador; regulamentação da profissão de cuidadores; criação do teleassistência em que o idoso/as é atendido online, por telefone ou por equipe volante; centro-noite com residência e assistência noturna para idosos que moram sozinhos ou apenas o casal de idosos, podendo dispor de um quarto em instituições de longa permanência durante a noite e retorno no outro dia para sua casa.

Por fim, devemos esperar, do verbo construir e não esperar, quando há conjuntura favorável o movimento avança e deve se consolidar na política nacional de cuidados no Brasil.

REFERÊNCIAS

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

FUNDAÇÃO SEADE. **Cuidados no Domicílio**, São Paulo, fev.2023.

GAMA, A. de S. **Trabalho, Família e Gênero**: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2015.

MOURA, C. **Racismo e luta de classes no Brasil** – textos escolhidos de Clóvis Moura. Brasil: Editora Sem Amos, 2020.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB-RJ, 2003.

PASSOS, R. G. **Teorias e filosofias do cuidado**: subsídios para o Serviço Social. Campinas (SP): Papel Social, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

TEIXEIRA, B. R. *et al.* **Cartilha saúde da população negra**. PROAFRO/UERJ, 2022.

Mesa Coordenada 12

ENVELHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA GERONTOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL À PROPOSTA DA GERONTOLOGIA SOCIAL CRÍTICA: breve relato da experiência da articulação entre a Unesp-Franca, a UPE e a UFPI

[10.51205/sinespp.2024.mesa.artigo041](https://doi.org/10.51205/sinespp.2024.mesa.artigo041)

CONTRIBUTIONS OF SOCIAL SERVICE TO THE PROPOSAL OF CRITICAL SOCIAL GERONTOLOGY: brief report of the experience of articulation between Unesp- Franca, UPE and UFPI

Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva¹

Nayara de Holanda Vieira²

Nanci Soares³

RESUMO

Abordamos neste artigo a articulação entre três Universidades, a partir dos trabalhos coordenados por três assistentes sociais, pesquisadoras e estudiosas sobre o envelhecimento humano em suas respectivas Instituições de Ensino Superior. Enfatizamos os encontros realizados no intuito de afirmar a proposta da Gerontologia Social Crítica no Brasil e no exterior, enfrentando a herança teórico-metodológica proveniente dos fundamentos positivistas que norteiam a Gerontologia tradicional. Trata-se de um relato de experiência de teor descritivo, construído a partir da pesquisa documental e bibliográfica.

Palavras-chave: Gerontologia Social Crítica, Articulação, Instituições de Ensino Superior.

¹ Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenadora-geral do Núcleo de Articulação e Atenção Integral à Saúde e Cidadania da Pessoa Idosa (Naisci), do Hospital Universitário Oswaldo Cruz (Huoc) da Universidade de Pernambuco (UPE), ao qual está vinculado o Grupo de Estudos sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social (GEEHPTS). Integra o Grupo de Pesquisa sobre Integralidade do cuidado à pessoa adulta e idosa da UPE e o Grupo de Pesquisa Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade da Unesp-Franca.

² Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Mestrado em Políticas Públicas - Universidade Federal do Piauí-UFPI (2021). Residência em Saúde da Família e Comunidade pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade/Ministério da Saúde - Universidade Estadual do Piauí-UESPI (2016).

³ Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Tem pós-doutorado pela Universidade de Aveiro-Portugal e pela UFPI. Docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp-Franca. Líder do Grupo de Pesquisa Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade da Unesp-Franca.

ABSTRACT

In this article, we address the articulation between three Universities, based on the work coordinated by three social workers, researchers and scholars on human aging in their respective Higher Education Institutions. We emphasize the meetings held with the aim of affirming the proposal of Critical Social Gerontology in Brazil and abroad, facing the theoretical-methodological heritage arising from the positivist foundations that guide traditional Gerontology. This is an experience report with a descriptive content, constructed from documentary and bibliographical research.

Keywords: Critical Social Gerontology, Articulation, Higher Education Institutions.

1 INTRODUÇÃO

O enfrentamento da herança teórico-metodológica proveniente dos fundamentos positivistas que norteiam a Gerontologia tradicional não tem sido a linha mais recorrente nos estudos sobre o envelhecimento humano publicados pelo Serviço Social brasileiro nas últimas décadas. Esta realidade se sustenta nos resultados de pesquisas realizadas por Campelo e Paiva (2012), Alves (2014), Alves et al.⁴ (2016), Teixeira⁵ (2017) e Santos⁶ (2022), e nos remetem à necessidade de insistirmos na afirmação de uma outra linha de pensamento a nortear esses estudos. Decerto, embora estejamos avançando no sentido de afirmar a perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo quando abordamos esse fenômeno, qual seja, o do envelhecimento das nossas populações, havemos de percorrer um longo caminho até chegarmos à constatação de que a Gerontologia Social Crítica (GSC) ocupou o espaço por nós almejado.

Perspectiva esta que coaduna com o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, adotada na produção de conhecimento da Professora Solange Maria Teixeira, tendo como marco a sua tese intitulada “Envelhecimento do Trabalhador no Tempo do Capital: problemática social e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira contemporânea” (2006). Esta, do nosso ponto de vista, consiste numa das principais referências a ser consultada por assistentes sociais que pretendam contribuir para a produção de

⁴ Sobre “Serviço social e envelhecimento: estudo dos fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil”.

⁵ Sobre “Serviço Social e Envelhecimento: perspectivas e tendências na abordagem da temática”, referente aos resumos apresentados durante o 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado entre os dias 5 e 9 de setembro de 2016, em Pernambuco.

⁶ Sobre “A produção de conhecimento nos programas de pós-graduação (*stricto sensu*) em Serviço Social no Brasil, no período de 2013 a 2017: contribuições para a gerontologia social crítica”.

conhecimento sobre o envelhecimento humano tendo como norte a teoria social crítica e o método de Karl Marx.

Concernente à proposta da GSC, é conveniente informar, para a concretização dos objetivos deste escrito, que em sua tese de doutorado, Campelo e Paiva (2012) menciona o Professor Jorge G. Hidalgo G., do Departamento de Sociologia da Universidad de Costa Rica, fazendo referência ao seu artigo intitulado *Hacia una Gerontologia Social Crítica*, no qual “está sinalizada a questão da carência de um corpo teórico coerente, da riqueza de dados e a pobreza de teoria, ou mesmo, que o progresso da teoria gerontológica não é acumulativo.”

Em seus estudos sobre “velhice, saúde e trabalho”, Campelo e Paiva (2012, p. 37) sistematizou alguns pressupostos, merecendo destaque:

(1) que contemplem, na análise teórico-metodológica, o movimento histórico das relações sociais de produção e reprodução capitalista; (2) levem em consideração a centralidade do trabalho, entendendo que o trabalho é o ato fundante do ser social; (3) abordem a velhice enquanto uma produção social, tendo em vista que na sociedade moderna essa análise não pode ser apartada da ordem sociometabólica da reprodução do sistema do capital; e/ou (4) contextualizem a condição de saúde, ou pior, de doença, associada à pauperização, dos velhos e velhas, enquanto expressão da questão social.

Iniciamos este escrito com essas provocações que nos remetem a diversas trajetórias de discentes, docentes, profissionais e pesquisadoras do Serviço Social que, como consequência de seus [objetos de] estudos, acabaram se encontrando e realizando várias atividades numa via de ação coletiva, entre as quais se destacam: pesquisa, produção de conhecimento, encontros científicos, cursos de longa e de curta duração, extensão, *workshops* etc.

Estamos, dessa maneira, nos reportando ao que vem acontecendo nos últimos anos em razão da articulação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista / *Campus* de Franca (Unesp-Franca), com a Universidade de Pernambuco (UPE) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Desde já, podemos registrar um trânsito livre entre assistentes sociais, pesquisadoras, docentes e autoras que se dedicam às questões levantadas pelo envelhecimento e pela velhice humana, o que tem contribuído para a sistematização e a socialização da proposta da GSC no território brasileiro e entre pesquisadoras/es de países como Angola, Argentina, Cuba, Espanha, México, Portugal e Uruguai, entre outros.

Diante dessas breves considerações, cabe-nos neste momento informar que os principais objetivos deste escrito são: (i) sistematizar e descrever alguns resultados

provenientes dessa articulação que envolve a Unesp-Franca com a UPE e a UFPI, na afirmação da proposta da GSC nas duas últimas décadas; e (ii) promover reflexões sobre a importância de articulações, nos termos das cooperações entre profissionais vinculadas a Instituições no território nacional e de outros países, para compor a afirmação da proposta da GSC. Consiste num relato de experiência de teor descritivo, construído a partir da pesquisa documental (principalmente nos relatórios e material de apoio relacionado aos encontros científicos), bibliográfica e em outras fontes consultadas para o relato da experiência dessa importante articulação entre a Unesp-Franca, a UPE e a UFPI, que deve continuar e se expandir.

2 SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE AS TRÊS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Em sua obra intitulada “A Velhice”, escrita na década de 1970, Simone de Beauvoir (2018), ao nos contemplar com esse importante tratado, para além de fazer uma denúncia, a da existência de um abismo intransponível entre as velhices de ricos e de pobres, também nos desafiou a darmos visibilidade a essa realidade, rompendo, assim, segundo as suas próprias palavras, com a conspiração do silêncio. Pois não percamos de vista que o envelhecimento e a velhice são processos atravessados pela luta de classes.

No Brasil, os estudos da Professora Eneida Gonçalves de Macedo Haddad (2016; 1993), dando conta do mesmo tom de denúncia inaugurado pela filósofa francesa, nos colocará desafios, na condição de profissionais do Serviço Social dedicados/as a estudar/pesquisar e trabalhar junto ao segmento idoso das nossas populações. Um deles é a apreensão do fenômeno do envelhecimento a partir de uma concepção teórico-metodológica que nos instrumentalize a decifrar a “tragédia” vivenciada por indivíduos que personificam a classe trabalhadora em sua velhice (geralmente precoce e senil), como resultado das relações sociais de produção e reprodução da vida no sistema do capital.

No Nordeste brasileiro, vinculada à UFPI, Teixeira (2006), com a sua tese, inaugura um período de vinculação, escrevamos assim, do Serviço Social brasileiro à perspectiva de análise do fenômeno do envelhecimento humano, norteadas pela teoria social crítica marxiana, em conformidade com o que preconiza a ruptura com o conservadorismo, afirmando assim o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

A respeito dessa importante contribuição, ressaltamos que um dos resultados do estudo realizado por Campelo e Paiva (2012), em sua tese de doutorado intitulada “Envelhecimento,

saúde e trabalho no tempo do capital: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do serviço social”, vem nos dizer que, embora nos termos de números absolutos, as regiões Sul e Sudeste tenham apresentado mais trabalhos durante os Encontros Nacionais de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess) realizados na primeira década do século XXI, é nas regiões Norte e Nordeste que esses estudos adotam com maior frequência essa perspectiva que enfrenta os pressupostos da Gerontologia Tradicional. E a UFPI compõe essas referências.

Nesse contexto das contribuições, vamos observar que é nessa primeira década do século XXI que as três pesquisadoras do Serviço Social estão iniciando as suas trajetórias de contribuição à proposta da GSC, mesmo sem se conhecerem, o que só aconteceu na segunda década deste século, a partir do acesso às suas respectivas obras e, posteriormente, dos contatos e dos encontros presenciais promovidos e iniciados na Unesp-Franca.

Necessariamente, estamos nos referindo à contribuição da professora Dra. Nanci Soares⁷, líder do Grupo de Grupo de Pesquisa e Estudo “Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade” (GEPEPPS), criado desde 2010, na Unesp-Franca; da Professora Dra. Solange Maria Teixeira, docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI), onde criou, desde 2008, o Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (Nupepp) e o Núcleo de Pesquisa sobre Família e Gerações (Famger); e da assistente social Dra. Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, que criou e coordena, desde 2006, o Núcleo de Articulação e Atenção Integral à Saúde e Cidadania da Pessoa Idosa (Naisci), bem como, desde 2010, o Grupo de Estudos sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social (Geehpts), vinculados à Divisão de Serviço Social no âmbito do Hospital Universitário Oswaldo Cruz (Huoc), da Universidade de Pernambuco (UPE).

A partir desses Grupos de Pesquisa e de Estudo, desde 2006 tem havido um verdadeiro movimento pulverizador do que se propõe como pressupostos da GSC, merecendo destaque, por exemplo, desde 2012, os cursos (de curta ou de longa duração) sobre a proposta da GSC no âmbito da UPE e de sua articulação com várias instituições no território de Pernambuco e brasileiro⁸; desde 2015, os Congressos Internacionais de Envelhecimento Ativo (Ciea): Saúde, Segurança e Participação Social, na Unesp-Franca; e, desde 2017, os Seminários sobre

⁷ Responsável por instituir, desde 2015, na pós-graduação da Unesp-Franca, disciplina com conteúdo relacionado à proposta da GSC, que vem sendo ministrada junto com a assistente social Dra. Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva (Naisci-Huoc-UPE) e a Professora Dra. Solange Maria Teixeira (UFPI).

⁸ A versão mais recente do curso sobre a proposta da GSC ocorreu em março de 2024, no Recife-PE, e dos Sepp e Ciea no segundo semestre de 2023, na modalidade híbrida (presencial e remota) em Teresina-PI e Franca-SP, respectivamente.

Envelhecimento e Políticas Públicas (Sepp), na UFPI. A respeito da contribuição proveniente desses cursos e encontros, teceremos algumas considerações nos subitens a seguir.

2.1 Os Congressos Internacionais de Envelhecimento Ativo: Saúde, Segurança e Participação Social, na Unesp-Franca

Desde 2015 foram realizadas quatro versões desse encontro. Para uma melhor visualização do que vem ocorrendo na Unesp-Franca nesses últimos anos, consultemos o quadro a seguir.

Quadro 1: Ano, título e objetivo dos Congressos Internacionais de Envelhecimento Ativo da Unesp-Franca.

Data	Título / carga horária	Objetivo
2015	I Congresso Internacional de Envelhecimento Ativo: Saúde, Segurança e Participação Social (40 horas)	Debater a proposta do envelhecimento ativo, mas sobretudo digno, com qualidade de vida e acesso aos direitos sociais a toda a população.
2017	II Congresso Internacional de Envelhecimento Ativo: possibilidades e limites frente à ofensiva neoliberal (40 horas)	Refletir sobre as políticas sociais no panorama atual de crise na lógica do capital, e o ataque aos direitos conquistados ao longo da história, a partir dos princípios do projeto ético-político do Serviço Social.
2019	III Congresso Internacional de Envelhecimento Ativo: envelhecimento da classe trabalhadora, expropriação e resistência no século XXI (40 horas)	Debater o envelhecimento e a velhice sob a perspectiva de totalidade e a centralidade da exploração da força de trabalho, bem como evidenciar os processos de luta e resistência da população idosa.
2019	I <i>Workshop</i> : “O trabalho multidisciplinar com Grupos de pessoas idosas experiências e contribuições” (8 horas)	Promover o encontro de representantes de Instituições abertas ao trabalho junto a Grupos de Pessoas Idosas, a socialização das experiências e contribuições, bem como o acesso de estudantes, profissionais e lideranças a esse conteúdo.
2019	I Encontro das Unatis da Unesp (8 horas)	Construir reflexões e trocas de conhecimento sobre os projetos de extensão universitária que lidam com o processo de envelhecimento e velhice.
2022	II <i>Workshop</i> : O trabalho multidisciplinar com grupos de pessoas idosas: experiências e contribuições durante a pandemia da Covid-19 (8 horas)	Promover o encontro de representantes de Instituições abertas ao trabalho junto a Grupos de Pessoas Idosas, a socialização das experiências e contribuições, bem como o acesso de estudantes, profissionais e lideranças a esse conteúdo.
2023	IV Congresso Internacional de Envelhecimento Ativo: envelhecimento e desigualdades sociais em contexto pós-pandêmico da Covid-19 (40 horas)	Promover o debate sobre o envelhecimento na sociabilidade do capital, marcado pelas desigualdades sociais de classes, gênero, raça, etnia, regionais, entre outras, no contexto da pandemia da Covid-19.
2023	I Encontro Internacional de Pesquisadores/s sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social (8 horas)	Promover o encontro e a discussão sobre a Pesquisa no Serviço Social e a sua contribuição à produção do conhecimento sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social.

Elaborado pelas autoras.

Com base nas informações obtidas a partir do Quadro 1, verificamos que o temário do encontro avança, desde 2015, no sentido de contemplar, a partir de 2017, ou seja, da sua segunda edição, a perspectiva da totalidade social nos estudos sobre o envelhecimento humano. Durante o III Congresso, realizado em 2019, dois outros encontros foram agregados à programação: o I Encontro das Unatis e o I *Workshop*: “O trabalho multidisciplinar com Grupos de pessoas idosas experiências e contribuições”, tendo este também ocorrido em 2022, a saber, II *Workshop*: O trabalho multidisciplinar com grupos de pessoas idosas: experiências e contribuições durante a pandemia da Covid-19, na modalidade *on-line*, pois ainda sofriamos as consequências dessa calamidade pública mundial. Recentemente, em 2023, foi realizada a IV versão do Congresso, contando em sua programação com o I Encontro Internacional de Pesquisadores/s sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social.

2.2 Os Seminários Envelhecimento e Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí-UFPI/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP)

Os Seminários sobre o Envelhecimento e as Políticas Públicas (Sepp), nas suas quatro edições, foram realizados pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Configuram-se como atividades do Projeto de Extensão Sociabilidade e Convivência na Terceira Idade, coordenado pela professora e pesquisadora Dra. Solange Maria Teixeira. Caracterizam-se como encontros científicos que acontecem de dois em dois anos, no intuito de contribuir para a produção do conhecimento da temática no Serviço Social e das políticas públicas.

Em suas quatro edições, o Sepp propiciou o debate e a discussão sobre as temáticas relacionadas às políticas públicas direcionadas às pessoas idosas, por meio de minicursos, conferências, mesas-redondas e comunicação oral. Os seminários tiveram como público-alvo estudiosos/as, pesquisadores/as, autores/as e demais participantes de instituições diversas que socializaram conhecimentos e promoveram atualizações sobre as temáticas, além de ampliar as possibilidades de intercâmbios nacionais e internacionais.

Quadro 2: Tema geral, ano, carga horária, objetivo e temas específicos dos Seminários sobre Envelhecimento e Políticas Públicas da UFPI

Tema geral/ano/carga horária	Objetivo	Temas Específicos
IV Seminário Envelhecimento e Políticas Públicas com o tema “Envelhecimento na perspectiva da Gerontologia Social Crítica” (2023) – totalizando 42 horas.	Promover discussões e debates de temáticas relacionadas ao envelhecimento e às políticas públicas dirigidas às pessoas idosas, em formatos de minicursos, conferências, mesas-redondas e comunicação oral. Divulgar os trabalhos de pesquisa, produção bibliográfica e experiências de docentes, discentes e de profissionais de diversas áreas que estudam o envelhecimento humano, possibilitando a troca de saberes e difundindo os conhecimentos produzidos na academia, para além de seus espaços institucionais.	1 Envelhecimento, Questão Social e Gerontologia Social Crítica; 2 Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa; 3 Cuidados, Políticas e Serviços de Cuidados de Pessoas Idosas; 4 Violência contra Pessoas Idosas; 5 Envelhecimento e Velhice em Instituições de Longa Permanência; 6 Envelhecimento, Assistência Social, Aposentadoria.
III Seminário Envelhecimento e Políticas Públicas, com o tema “Política de Cuidados de Pessoas Idosas em Tempos de Covid-19 e em Contextos Nacionais e Internacionais” (2021) – totalizando 42 horas.	Promover discussões e debates de temáticas relacionadas ao envelhecimento e às políticas públicas dirigidas às pessoas idosas, em formatos de minicursos, conferências, mesas-redondas e comunicação oral, assim como divulgar os trabalhos de pesquisa, produção bibliográfica e experiências de docentes, discentes e de profissionais de diversas áreas que estudam o envelhecimento humano, para possibilitar a troca de saberes e difundir os conhecimentos produzidos na academia, para além de seus espaços institucionais.	1 Envelhecimento e Políticas Públicas em Contexto de Pandemia por Covid-19; 2 Cuidados e Políticas Sociais de Cuidados na América Latina e Sul da Europa; 3 Serviços de Cuidados de Pessoas Idosas nas Políticas de Saúde e Assistência Social no Brasil.
II Seminário Envelhecimento e Políticas Públicas (2019) – totalizando 8 horas.	Socializar o conhecimento científico sobre a temática do envelhecimento e políticas públicas para pessoas idosas, resultante de estudos e pesquisas dos palestrantes; Fomentar o debate sobre as temáticas do seminário; Envolver alunos de graduação e pós-graduação da UFPI e da	1 Envelhecimento e Políticas Públicas no Contexto Europeu e em Portugal; 2 Envelhecimento, Desigualdades Sociais e Políticas Públicas no Contexto Brasileiro; 3 Envelhecimento e Serviços Socioassistenciais e de Saúde.

	comunidade nas discussões do tema.	
I Seminário Envelhecimento e Políticas Públicas (2017) – totalizando 12 horas.	Discutir sobre o envelhecimento e a proteção social em tempos de contrarreforma.	1 Envelhecimento e proteção social em tempos de contrarreformas; 2 Violação dos direitos da pessoa idosa e formas de enfrentamento pelas políticas públicas; 3 Proteção social básica e as respostas às vulnerabilidades sociais.

Elaborado pelas autoras.

Ancoradas nos elementos informativos expostos no quadro acima, visualizamos que a primeira edição do SEPP aconteceu no ano de 2017, com a carga horária de 12 horas, no formato presencial. Promoveu debates sobre o envelhecimento e a proteção social em tempos de contrarreforma, a violação dos direitos das pessoas idosas e as formas de enfrentamento pelas políticas públicas, assim como discussões sobre a proteção social básica e as respostas às vulnerabilidades sociais, configuradas na perspectiva crítica. Todavia, não foi dada ênfase no temário do seminário à Gerontologia Social Crítica. A segunda edição aconteceu em 2019, com a carga horária de oito horas, na modalidade presencial, sem registros no temário e nas atividades propostas em sua programação sobre a GSC como norteadora das discussões.

No ano de 2021, o encontro científico ocorreu por meio da modalidade remota, no cenário pandêmico da Covid-19 que exigiu o distanciamento social. O III Sepp, intitulado “Política de Cuidados de Pessoas Idosas em Tempos de Covid-19 e em Contextos Nacionais e Internacionais”, com carga horária de 42 horas, apresentou como proposta discussões sobre o envelhecimento e velhices, fincadas na GSC, o diálogo acerca das relações sociais que estão imbricadas entre classe, gênero e raça/etnia e sobre o cuidado necessário, sobretudo para a população idosa, no período da pandemia da Covid-19 no cenário mundial. Como resultado do debate, houve a produção sistematizada pelos/as palestrantes convidados/as, a partir das discussões trazidas no evento, para a publicação do livro físico e no formato em *e-book*, intitulado “Políticas Sociais de Cuidados de Pessoas Idosas em contextos nacional e internacional”.

No ano de 2023, a quarta edição aconteceu na modalidade híbrida, também com carga horária de 42 horas, com momentos presenciais e remotos, ambos com transmissão *on-line*, através do canal do PPGPP/UFPI. No IV Seminário, as discussões tiveram aprofundamentos na GSC, com destaque já sinalizado no temário, a partir de diferentes contextos, como o nacional e o internacional, de forma interdisciplinar e intersetorial.

2.3 Os cursos sobre a proposta da Gerontologia Social Crítica⁹ promovidos pelo Nasici-Huoc-UPE

A realização de cursos abordando a proposta da GSC é uma atividade muito cara àquelas/es que atuam ou pretendem atuar e/ou pesquisam sobre o processo de envelhecimento. O tema abordado permite que haja uma reflexão sobre a maneira como a velhice é vista numa sociedade de classes que tem em suas raízes a exploração e a violência. Velhice essa vista de forma homogênea, sem levar em consideração condicionantes como: classe social, raça/etnia, gênero, entre outros.

É imperativo destacar que os cursos sobre a proposta da GSC, com seus pressupostos, vão ao encontro dos valores e princípios consolidados pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, proporcionando às/aos participantes adquirir fundamentos para desconstruir preconceitos, discriminação e ageísmo no atendimento à pessoa idosa, bem como entender que envelhecer não é sinônimo de adoecer e que cada pessoa envelhece diante das condições de trabalho, moradia, acesso a políticas públicas durante todo o curso de vida. Adotam como principais objetivos: “Promover reflexão e discussão sobre: (i) o envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social, considerando questões emergentes a partir da transição demográfica brasileira e do debate no âmbito do Serviço Social; (ii) a velhice enquanto produção social na sociedade moderna e a necessária discussão alinhada aos estudos sobre a instrumentalidade do Serviço Social; (iii) a pesquisa sobre a tragédia do envelhecimento, vivenciada por grande parte da população que configura o segmento idoso, como expressão da questão social; e (iv) os mitos e preconceitos, bem como os eufemismos e a pseudovalorização da velhice, tão presentes no cotidiano profissional”.

Quadro 3: Data, local e público ao qual se destinaram alguns dos cursos sobre a Proposta da Gerontologia Social Crítica (GSC)

Data	Local	Evento	Público-Alvo
Março/2012	Huoc-UPE	Reunião da equipe da Divisão de Serviço Social	Equipe de assistentes sociais do Huoc-UPE

⁹ Recentemente, durante o IV Congresso Internacional de Envelhecimento Ativo da Unesp-Franca, as assistentes sociais Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, Jonorete de Carvalho Benedito e Vanessa Paloma de Lima Silva apresentaram um relato de experiência sobre a versão do curso, vinculada à extensão, ocorrida nos dias 6, 27 e 28 de julho de 2023, no âmbito da Universidade de Pernambuco.

31/10/2014	Unita Caruaru	Curso sobre a Gerontologia Social Crítica	Assistentes sociais que atuam com pessoas idosas e discentes de graduação e pós-graduação em Serviço Social
1 e 2/12/2017	Cress-PE	Curso sobre a Gerontologia Social Crítica	Assistentes sociais que atuam com pessoas idosas e discentes de graduação e pós-graduação em Serviço Social
21/6/2018	UFPI	Curso sobre a Gerontologia Social Crítica	II Simpósio Internacional Sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas
6 e 7/8/2019	Cress-PE	Curso sobre a Gerontologia Social Crítica	Assistentes sociais que atuam com pessoas idosas e discentes de graduação e pós-graduação em Serviço Social
1 a 30/7/2020	Huoc-UPE	Curso de Férias sobre a Proposta da Gerontologia Social Crítica ¹⁰	Assistentes sociais que atuam com pessoas idosas e discentes de graduação e pós-graduação em Serviço Social dos estados de PE, AL e PI
20/10/2020	UFPI	Curso sobre a Gerontologia Social Crítica e Instrumentalidade	III Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas
6, 27 e 28/7/2023	Huoc/UPE	Curso de Férias A Instrumentalidade do Serviço Social e a Proposta da Gerontologia Social Crítica ¹¹	Assistentes sociais que atuam com pessoas idosas e discentes de graduação e pós-graduação em Serviço Social dos estados de PE, AL e CE
25/9/2023	UPE	A Instrumentalidade do Serviço Social e a Proposta da Gerontologia Social Crítica ¹²	III Jornada Nordeste de Serviço Social: Estado, Participação e Democracia
27/9/2023	UFPI	Método em Marx e o seu uso no estudo do envelhecimento humano ¹³	IV Seminário Envelhecimento e Políticas Públicas

¹⁰ Esta atividade resultou em um seminário temático e um *e-book* com os anais das aulas que foram ministradas, e das palestras dos seminários.

¹¹ Na ocasião, foram trabalhados os temas que compõem a coletânea “Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do Serviço Social: questões emergentes da prática profissional do/a assistente social” (PAIVA, 2021), organizado pela assistente social Dra. Sálvea Campelo. Cada participante do curso recebeu um exemplar do livro.

¹² Esta atividade despertou em muitos estudantes da UPE-Unidade Mata Sul a necessidade do aprofundamento no entendimento do processo de envelhecimento e velhices.

¹³ Discentes presentes retiram dúvidas tanto sobre o método como sobre o entendimento do estudo do envelhecimento, tendo como fundamento a Gerontologia Social Crítica. Cada participante do minicurso recebeu o exemplar de um livro pertinente ao tema abordado.

26 e 27/11/2023	Cress-PE	Curso Gerontologia Social Crítica ¹⁴	Assistentes sociais que com pessoas idosas e discentes de graduação e pós-graduação em Serviço Social
--------------------	----------	--	---

Elaborado pelas autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este breve relato de experiência, apresentamos a importante articulação que envolve a Unesp-Franca, a UPE e a UFPI, reunindo discentes (orientandas), profissionais e pesquisadoras integrantes dos Grupos de Pesquisa e de Estudos, bem como participantes dos encontros promovidos por essas Instituições de Ensino Superior (IES), agregando um amplo elenco de estudiosos/as que estão interessados/as ou já adotaram os pressupostos da GSC em suas produções.

No início deste século, a perspectiva da GSC nas discussões sobre envelhecimento e velhices, seja nas produções, seja nos encontros científicos, passa a ser um imperativo às reflexões no Serviço Social, tendo em vista a sua consonância com o Projeto Ético-Político da profissão. Havemos de enfrentar a tradição positivista na Gerontologia ou continuaremos correndo o risco de reproduzir análises homogeneizantes que se apartam das reais condições de vida e de trabalho dos segmentos populacionais que integram a estrutura de classes sociais, contribuindo, assim, para a “conspiração do silêncio” no sistema do capital.

Neste sentido, concluímos que a experiência da articulação entre a Unesp-Franca, a UPE e a UFPI, além de continuar, deve ser inspiração para a sua ampliação, ultrapassando divisas regionais e fronteiras internacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Suellen Bezerra et al. Produção de conhecimento no serviço social sobre as lutas e proteção social à velhice dos trabalhadores. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 75-83, 30 mai. 2016.

ALVES, Suéllen Bezerra. **Serviço social e envelhecimento**: estudo dos fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil. Recife, 2014.

¹⁴ Após a realização desta atividade, houve a elaboração e a assinatura de um documento solicitando à Edupe a reimpressão ou a disponibilização no formato *E-book* da coletânea “Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do serviço social: questões emergentes da prática profissional do/a assistente social” (PAIVA, 2021), organizado pela assistente social Dra. Sálvea Campelo.

138 f. Dissertação (mestrado) – UFPE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do serviço social. Recife, 2012. 252 f. Tese (doutorado) – UFPE, Centro Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2012.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016. 206 p.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **O direito à velhice**: os aposentados e a Previdência Social. São Paulo: Cortez, 1993. 115 p. (Questões da nossa época, v. 10).

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e (org.). **Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do serviço social**: questões emergentes da prática profissional do/a assistente social. Recife: Edupe, 2021. 162 p.

SANTOS, Maria Florência dos. **A produção de conhecimento nos programas de pós-graduação (*stricto sensu*) em serviço social no Brasil, no período de 2013 a 2017**: contribuições para a gerontologia social crítica. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2022.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Serviço Social e Envelhecimento**: perspectivas e tendências na abordagem da temática. In: COSTA, Joice Sousa et al. (Org.). Aproximações e ensaios sobre a velhice. Franca: Unesp – FCHS, 2017. Cap. 12. p. 193-209.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento do Trabalhador no Tempo do Capital**: problemática social e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira contemporânea. São Luís, 2006, 266f. Tese (Doutorado) – UFMA, Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2006.